

“Solidão na multidão”: reflexões etnográficas sobre identidade e vulnerabilidade “cismática” do idoso em situação de rua¹

Luana Lima Godinho-UFF/Brasil

RESUMO:

A proposta de trabalho ora aqui apresentada é desenvolver uma análise antropológica de um dos problemas sociais mais complexos que acometem a população idosa: a rualização. Considerando a vulnerabilidade quanto aos direitos de cidadania e reconhecimento desse grupo, buscarei evidenciar os mecanismos de resistência empreendidos pelos idosos para suplantar as qualificações e avaliações “cismáticas” que incidem sobre seus aparatos identitários. O julgamento formulado sobre a égide da cisma implica no congelamento e petrificação de determinadas representações sobre a identidade do outro, resultando em um déficit no reconhecimento da dignidade, dos direitos desse segmento e no paradoxo da solidão na multidão. A partir de pesquisa etnográfica implicada e de observação participante no atendimento de atenção básica à população em realizada pelo serviço de abordagem social de competência municipal na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, visio problematizar como as políticas de controle social pelo Estado definem que redefinem as dimensões identitárias desse grupo.

Palavras - chaves: Cisma , Envelhecimento, Rualização

INTRODUÇÃO:

A população em situação de rua é caracterizada por uma realidade complexa e diversa. A rualização, fenômeno ligado aos processos de exclusão social, está presente na paisagem urbana de quase todas as cidades do mundo e abrange aspectos como estigma social, segregação e abjeção nas esferas sócio-cultural, geográfica e histórica. Frente a diversidade da população que se encontra em situação de rua, destacam-se os idosos como um dos grupos que vivenciam a extrema vulnerabilidade social e legal. Segundo dados do IPEA, entre 2012 e 2022, o crescimento da população em situação de rua foi em torno de 200%. O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que afeta diversos aspectos da sociedade como a economia, a saúde, a educação e a segurança. A partir de pesquisa etnográfica implicada e de

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024);

observação participante no atendimento de atenção básica à população em situação de rua realizada pelo Centro POP: equipamento destinado ao atendimento da população em situação de rua, que oferece diversas facilidades como refeições, higiene pessoal, apoio para obtenção de documentos e um espaço para guardar pertences e local de lotação das equipes de abordagem social de competência municipal na cidade de Niterói, Rio de Janeiro.

A abordagem social é um serviço de assistência social destinado a realizar atendimento socioassistencial às pessoas em situação de rua. O trabalho é realizado por equipes compostas por técnicos e educadores sociais e funciona 24h por dia em sua área de atendimento às ruas da cidade. A função desses agentes é o atendimento no espaço público, a fim de promover o processo de saída das ruas e facilitar o acesso à rede de serviços e benefícios socioassistenciais. Viso problematizar como as políticas de controle social implementadas pelo Estado redefinem as dimensões identitárias de idosos em situação de vulnerabilidade. Trata-se de um estudo qualitativo na qual tomo emprestado a história de vida deste idosos, a observação participante e conversas informais como eixos centrais de minha perspectiva etnográfica. Minha pesquisa de campo, para este artigo, foca nos homens e mulheres acima de 60 anos que estão em situação de rua e foram atendidos pelas equipes de abordagem do município de Niterói. O objetivo é compreender na perspectiva do idoso em situação de rua como a solidão interfere na conformação de uma “identidade cismática”, que tratarei mais à frente, e no reconhecimento de cidadania.

Portanto, a pesquisa etnográfica cumpre papel importante para desvelar as necessidades de uma população específica e possibilitar reflexões a respeito da mesma. Desse modo, pretendo discutir as tensões que se apresentam quantos às especificidades dos idosos em situação de vulnerabilidade nos atendimentos realizados pelos agentes públicos, bem como explicitar as questões mobilizadas pelos próprios idosos de forma a conceder um contorno sobre as consequências dos “julgamentos cismáticos” nos critérios de reconhecimento, na validação de uma subcidadania e invisibilidade dos idosos em situação de rua. Ou seja, em que medida a lógica da desconfiança, que supõe uma possibilidade de transição e transação dos julgamentos sobre o outro, dá lugar à lógica do “cisma” quando se trata desse segmento da sociedade, enquadrando-os nos absolutismos das certezas e em caixas determinadas e fechadas. Portanto, em que medida o ensimesmamento reforça esse modo de viver a “solidão na multidão”.

Estigma, cisma e identidade

Estudos realizados na Universidade Federal Fluminense pelo InEAC e Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa/NUFEP, abordam questões complexas e multifacetadas a partir de trabalhos etnográficos na esfera do reconhecimento da cidadania de grupos historicamente criminalizados, destacando a tensão na sociabilidade que envolve a confiança e a desconfiança como critérios de julgamento nas interações humanas. Estudos empregados nas áreas da Antropologia social desenvolvidas por pelos antropólogos Kant de Lima (1999), Fábio Reis Mota (2021, 2017, 2012, 2014) e Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2015) sinalizam para o papel da estima social no enquadramento e entendimento de conflitos na esfera pública e nos espaço público. Ao realizar etnografias que investigam o lugar da substância moral da dignidade (Cardoso de Oliveira, 2015) nas interações sociais, o antropólogo Fábio Mota aponta a diferença entre duas esferas de julgamento aparentemente semelhantes, mas que se observadas de forma mais minuciosa apresentam distinções pragmáticas e simbólicas substantivas: o ato de desconfiar e cismar.

A confiança/deconfiança fazem parte do substrato interacional que permeabiliza a comunicação, permite a criação de possíveis consensos, ainda que provisórios, através de processos de negociação e ajuste mútuo. Por outro lado, a passagem da desconfiança para a cisma pode levar as interações para um domínio da impermeabilidade comunicativa, provocando ruídos no reconhecimento da cidadania de certos grupos e na ruptura comunicativa que solidifica as barreiras na construção de um “outro-interlocutor”. Como enfatiza Mota, no ambiente da razão cismática os julgamentos se nutrem das certezas absolutas e intransigentes sobre o que se sabe antecipadamente por meio de avaliações que se assentam não em uma desconfiança, mas em uma cisma. Essa dinâmica é crucial para entender como as relações sociais são construídas e mantidas nas interações dentro de contextos culturais específicos. Para entendimento da construção do “outro” na etnografia que realizo, é possível considerar as implicações das “relações cismadas” no âmbito da sociabilidade ligada à aplicação de políticas de controle social. Para Mota e Pelaz (2021) o reconhecimento da cidadania no mundo moderno toma diferentes contornos nas democracias ocidentais. O conceito de “cismocracia” é importante para o entendimento de diferentes tensões acerca da dignidade que é um elemento inacessível a determinados grupos sociais. Segundo o mesmo:

Há uma diferença substantiva entre cismar e desconfiar, e ela repercute no modo como procedemos na construção ordinária, política e filosófica da "democracia" — espaço esse povoado de indivíduos livres e capazes de exercitarem argumentos plausíveis que tendem a produzir generalidade e consensos provisórios — e, para arriscar um neologismo, de uma "cismocracia"³ : universo em que os indivíduos constroem as suas opiniões, representações e “verdades” sob uma base fortemente enrijecida acerca das pessoas, das identidades, das coisas, valores e “fatos”. Em vez de elaborar um espaço interacional, no qual as pessoas se envolvem no processo de construção consensual de fatos e coisas, onde a autoridade do argumento racional, lógico e cartesiano tem o seu lugar, na "cismocracia" prevalece a elaboração da "verdade" sobre fatos e coisas que são elaboradas sob critérios próprios e encarcerados nos mundos dos que compartilham uma mesma cisma, ou seja, de um conjunto de representações do e sobre o mundo ensimesmadas em “verdades imutáveis. MOTTA, PELAZ 2021,P.2020

A reflexão sobre as concepções de igualdade no Brasil apresentadas por Roberto Cardoso de Oliveira (2015) , destaca a importância de considerar as variantes culturais e históricas que influenciam a interpretação da lei e da justiça no país. A tensão entre o tratamento uniforme e o tratamento diferenciado reflete os desafios enfrentados na busca por um equilíbrio entre a isonomia jurídica e a necessidade de reconhecer as diferenças sociais. Segundo ele,

Ao analisar o caso brasileiro, tenho chamado a atenção para nossas práticas de discriminação cívica, que ocorrem sempre que temos dificuldade em identificar nos interlocutores a substância moral das pessoas dignas (Cardoso de Oliveira, 2011). Se essa certa facilidade em negar ou desprezar a substância moral da dignidade tem consequências negativas para a cidadania no Brasil, o respeito à dignidade do cidadão talvez seja a principal condição para o exercício da igualdade cidadã na percepção dos próprios atores, onde quer que a cidadania esteja em questão. Como mesmo as sociedades democráticas e igualitárias no Ocidente convivem com a existência de assimetrias e conjugam direitos e privilégios, a igualdade cidadã é vivida e valorizada especialmente no mundo cívico, denido como “o universo onde o status de cidadania deveria ter precedência em todas as interações entre atores, e o tratamento igualitário

(usualmente uniforme) deveria ser esperado” (Cardoso de Oliveira, 2013:141). Nesse aspecto, o que singularizaria o Brasil na comparação com outras democracias não seria a existência de direitos e privilégios, mas a falta de um mundo cívico bem-conformado, que definisse com clareza as fronteiras entre os espaços de vigência de uns e de outros. (CARDOSO, 2015,p. 4

No conjunto de decretos que regulam a extinção gradual do elemento servil encontramos a lei nº 3270 de 1885, Lei dos sexagenários também conhecida como Lei Saraiva Cotegipe, que teve como objetivo principal promover a abolição da escravatura de maneira lenta. A referida Lei apresenta um conteúdo normativo e simbólico que contém diversos elementos como a prestação de serviço como regra de libertação durante 3 anos pelo escravizado acima de 60 anos, a título de indenização aos antigos senhores, revela características da estrutura sócio-cultural e estratégias para manutenção da precariedade socioespacial do negro no Brasil (MANOEL, 2020). Os mecanismos de controle social são descritos por Michel Foucault através do conceito de “biopolítica”, estratégia que o poder soberano (Estado) utiliza para gerir a vida dos indivíduos e das populações, especialmente em meados do século XVIII, quando a vida biológica se torna um objeto de intervenção política. A biopolítica visa produzir, regular e controlar a vida, tanto em seu aspecto individual, através das disciplinas que moldam e disciplinam os corpos, quanto em seu aspecto coletivo regulador de fenômenos como a saúde, o nascimento, a morte, a sexualidade e a etnicidade. A regulação urbana como política pública está presente no espaço público desde a formação da sociedade brasileira. Como podemos observar nas considerações acima, a estima social não contempla todos os grupos da sociedade e a estigmatização está historicamente expresso nas práticas sociais.

“O histórico de tratamento da população em situação de rua pelo Estado brasileiro é marcado pela repressão e invisibilização desse segmento. Uma semana após a abolição da escravatura, o Ministério da Justiça enviou um projeto de repressão à ociosidade, buscando reprimir a circulação dos outrora escravizados pelo espaço urbano. (...)Embora essa legislação possa parecer distante no tempo, na verdade, o artigo da Lei de Contravenções Penais de 1941 que trata da mendicância “por ociosidade ou cupidez” só foi revogado em 2009.” (NATALINO, 2022.p.5)

Para Erving Goffman (1988), sociólogo canadense e autor importante nos estudos de sociologia urbana, o conceito de estigma é importante para a compreensão de questões cotidianas e fenômenos como violência urbana, sobre pessoas que vivenciam o processo de estigmatização. Nesse sentido, o estigma seria uma situação que desqualifica e inabilita qualquer indivíduo para uma aceitação social plena. O conceito de identidade está diretamente ligado a como os indivíduos constroem e elaboram elementos para consolidação de identidades uns dos outros. Muitas vezes essas construções não vão corresponder a realidade e serão reformuladas com o processo de interação social, Goffman diz que temos dois tipos de identidade: identidade social virtual e identidade social real.

Isolamento, solidão e sociabilidade

A solidão e o isolamento são temas de grande relevância na Psicologia Social, pois afetam diretamente a maneira como os indivíduos interagem e se percebem dentro de um contexto social. A solidão vem sendo descrita como dor social, um mecanismo psicológico destinado a motivar um indivíduo a buscar conexões sociais na tentativa de compreender e explicar como os pensamentos e comportamento dos indivíduos são influenciados pela presença imaginária e implicada de outros. O isolamento, embora possa ser uma escolha pessoal em alguns casos, frequentemente é resultado de condições externas e pode ter impactos significativos na saúde mental Oliveira (2014). Cabe frisar que estar só não é sinónimo de solidão. Os períodos de solidão são essenciais para todas as idades, pois proporcionam a oportunidade de refletir, analisar e entender melhor a dinâmica da vida.

Muitas vezes a definição de solidão está ligada a aspectos negativos da vida social. Pinheiro & Tamoyo (1984), apresentam uma conceituação de solidão referente a dimensão que mais tem sido explorada por seus estudiosos que se refere á deficiência no relacionamento da pessoa à qual estão ligadas a carencia de intimidade e a falha na comunicação interpessoal.

Na ótica da sociabilidade, o envelhecimento é caracterizado pela mudança no círculo social fatores como aposentadoria, viuvez e fatores ligados ao envelhecimento do corpo com declínio das funções cognitivas, acelerado pelos órgãos dos sentidos (audição e visão). Essas

especificidades apresentam a necessidade de coleta de dados direcionada e a inclusão da perspectiva dos idosos são fundamentais para desenvolver intervenções eficazes.

Relato de experiência I

Durante a rota de abordagem encontramos nas proximidades de uma praça no bairro de Icaraí, Susana, mulher negra de 78 anos, dormindo em um papelão abraçada há um saco de recicláveis e cabo de vassoura. Usava um lenço verde na cabeça que deixava à mostra alguns fios brancos, vestida com saia longa e blusa de manga comprida; nos pés rachados, sandálias surradas presas por elásticos improvisados que revelavam a rotina andarilha. Ao despertar para conversar com a equipe, levantou utilizando o cabo de vassoura para se apoiar, estava com a saúde visivelmente debilitada. Nesse ínterim a idosa relatou ser moradora de São Gonçalo (cidade vizinha).

“Larguei a casa que morava de aluguel há dois anos depois da morte do meu marido e passei a andar pelas ruas recolhendo recicláveis para manter meu vício. Eu comecei a usar cocaína com meu marido. Era divertido, sozinha é angustiante quanto mais eu uso, mais a solidão me consome. Sinto falta do meu companheiro, já tentei parar muitas vezes sem sucesso. A cocaína se tornou minha maior dor”.

A idosa revelou estar sob efeito de substâncias e se negou a acompanhar a equipe até o Centro Pop, negou a necessidade de atendimento médico, se levantou e saiu caminhando com dificuldade. Informamos o caso ao consultório de rua e não tivemos mais notícias de Suzana.

Relato de experiência II

Seu Otaviano, homem , branco de 68 anos, frequentador assíduo do Centropop. Figura emblemática, sempre disposto a ajudar na limpeza do refeitório, está sempre de mochila nas costas onde carrega todos os seus pertences. Vive em situação de rua há 15 anos, foi inserido algumas vezes no programa de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), e evadiu em todas as permanências. Durante nossa entrevista, perguntei a Otaviano o motivo de não permanecer no abrigo destinado para idosos. Disse que não se sente muito incomodado, a maior parte dos idosos são muito dependentes e necessitam de muito cuidado, os funcionários estão sempre muito atarefados o que dificulta manter uma conversa dessa maneira. Diz se sentir muito

sozinho. “ Eu não sou um prisioneiro, não cometi crime nenhum para viver igual passarinho na gaiola”. Ao receber a notícia de que seu nome entrou na lista de idosos proibidos de acessar o hotel de pernoite que é ofertado pelo Centro Pop. Uma de suas características desse albergue é a renovação diária das vagas. O pernoite é diferente dos outros abrigos da rede, pois permite ao usuário a utilização esporádica sem obrigatoriedade de estar presente todas as noites, oferecendo assim maior liberdade de circulação. Segundo a administração do Centropop essa medida foi tomada para que os idosos aceitassem permanecer no ILPI, já que os demais abrigos municipais não possuem estrutura para atender suas necessidades.

Durante a entrevista falou sobre sua vida no Espírito Santo e seu ofício de pescador em que realizou viagens de trabalho e no Brasil e no exterior. Lembrou com muita emoção sua “época de ouro”, porém lamentou o distanciamento da filha que ficou aos cuidados da sogra após o falecimento de sua esposa há 30 anos atrás. Informou que há alguns anos atrás retornou a sua cidade natal e entrou em contato com a família e durante 6 meses e viveu na casa da filha. As coisas pareciam ter se acertado, porém após ter realizado um empréstimo ao genro a pedido da filha, houve um desentendimento com o genro e ele se sentiu enganado por não receber o dinheiro de volta como o combinado. Cortou relações com a filha retornando a situação de rua.

“ Prefiro ficar sozinho do que ser enganado. Me senti traído, entendo ser roubado por um estranho, mas pela própria família eu não aceito. Eu sinto uma angústia na casa de repouso, fico com nada para fazer (ocioso), tenho medo da falta de atividade interferir na saúde e eu acabar acamado como os outros idosos que moram lá”.

Relato de experiência III

No final de um plantão agitado a equipe de abordagem recebeu um chamado do Corpo de Bombeiros para acompanhar uma mulher que estava transitando entre os carros e precisava de uma carona para casa. Chegando ao local, encontramos uma idosa visivelmente desorientada, que não sabia informar nome, endereço ou qualquer outro dado que pudesse ajudar na identificação. Ao ser levada a emergência do hospital Carlos Tortelly, o médico de plantão indicou uma internação para observar um possível quadro de demência. Após a alta foi acolhida

temporaneamente no abrigo Lélia Gonzalez. A idosa com idade indetrmnada, relatou ter vivido em um convento até os anos 90, quando foi enviada para trabalhar na casa de uma família Alemã onde permaneceu por anos. Passando a morar na rua depois que essa família foi embora do país. Tinha poucas lembranças desse período. Sempre muito apegada a seus pertences, carregava uma bolsa pesada onde carregava algumas bíblias e diversos terços. Despertava a sensibilidade de todos, a senhora vivia fazendo pedido de doação de chinelo, roupas e qualquer outro objeto que estivesse e guardava toda e qualquer embalagem de comida que tivesse acesso, resultando em acúmulo que ela justificava com o argumento de que em breve abriria uma casa de caridade e usaria os itens para ensinar artesanato e fazer doação aos pobres. Esse comportamento gerou diversos conflitos com outras usuárias que dividiam o quarto com ela. Os educadores recorreram a várias estratégias para evitar que a idosa deixasse jogar parte dos objetos acumulados fora. Certo dia aproveitou o horário do almoço que costuma ser bem movimentado e fugiu do local, foi encontrada três dias depois pela Guarda Municipal que a conduziu até o abrigo. “Eu casei com Cristo, dediquei minha vida à caridade, não tive filhos, formei família no sagrado matrimônio em Cristo, agora estou sozinha no mundo.” Para que fosse realizada uma busca ativa que realizasse sua identificação, a senhora permaneceu por três meses no abrigo Lélia Gonzalez, a busca pela sua identificação não teve sucesso, sem contato ou rede familiar foi transferida para uma ILPI.

Considerações finais

Os dilemas apresentados pelos idosos em situação de rua revelam que a desapropriação da humanidade está intrinsecamente ligada à estigmatização e falta de reconhecimento social que sobretudo se alimentam de formas de julgamentos sobre estas pessoas que se assentam num racínio cismático. Ou seja, as singularidade das histórias, os meandros da vida dessas pessoas são jogadas de lado em prol de julgamentos que facilmente se encapsulam em torno de uma só vertente de avaliação sobre as mesmas: morador de rua. As situações descritas pelos entrevistados refletem uma complexidade que envolve a autonomia e o não reconhecimento da cidadania desse grupo heterogeneo. O entrelaçamento de fatores socioculturais como idade avançada, raça, gênero, baixa escolaridade, desvinculação familiar, desemprego e falta de moradia criam uma rede de desigualdade que impacta diretamente a saúde física e mental desse grupo heterogeneo e os coloca em situações de extrema vulnerabilidade que pode levar a transtornos psíquicos e agravar ainda mais a situação de exclusão social. O não reconhecimento

presente na política de regulação urbana apresenta como o discurso liberal é excludente, a ideia de intervenção mínima do Estado interfere na qualidade de vida dos sujeitos desde o nascimento até o fim da vida através da desumanização e segregação.

Nesse sentido, os “Direitos Humanos” não pertencem a todos os humanos e a construção social de uma “identidade cismática” imprime negação de direitos básicos e imprime uma enorme solidão. Observou-se durante o trabalho de campo, relatos em que a maior parte dos sentimentos de solidão está associada a acontecimentos como perda do emprego, atitudes, vícios e experiências ligadas a questionamentos morais em alguma parte do passado dos entrevistados, geralmente entre infância e juventude. É importante que as políticas públicas considerem as necessidades, especificidades e os direitos dos idosos, promovendo soluções que respeitem sua dignidade e independência. E é preciso muito mais do que cismas incidindo sobre estes grupos, é preciso confiar em sua comum humanidade!

Bibliografia

Brasil. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso / Ministério da Saúde. – 2. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 70 p. – (Série E. Legislação de Saúde)

_____. Decreto n. 9.517, de 14 de novembro de 1885. Aprova o Regulamento para a nova matrícula dos escravos menores de 60 anos de idade, arrolamento especial dos de 60 anos em diante e apuração da matrícula, em execução do art. 1º da lei n. 3.270 de 28 de setembro deste ano. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 738, v. 1, 1886.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

LOPES, R. F; LOPES, M.T ; CAMARA,V. D. Entendendo a solidão do idoso. RBCEH, Passo Fundo, v. 6, n. 3, p. 373-381, set./dez. 2009 Disponível em:v6_n3_.indd (usp.br) Acessado em: 24 de junho

MOTA, F. R. Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, n. 44, 2 abr. 2019 Disponível em:

/Regimes-de-envolvimento-e-formas-de-reconhecimento-Mota/9870a6cb9e76dfd27b1f40f76
Acessado em 24 de jun.2024

MOTA, Fabio Reis. Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Rio de Janeiro: Consequência, 2014

MOTA, F. R.; PELAZ, D.V. “ Entre travessas e travessias”: uma análise antropológica sobre a cisma e o lugar-comum. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política Volume 17, número 2, julho a dezembro de 2021

MANOEL, J.C.S. A lei dos sexagenários como estratégia para manutenção da precariedade sócioespacial do Brasil. Revista da ABPN. v.12,n. Ed. Especial- Caderno Temático: “Geografias Negras”. abril de 2020, p.12-31

NATALINO, M. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022) Desenvolvimento Social: Relatórios de Atividades / Técnicos. Publicado em: 2022.

PINHEIRO, A.A. ; TAMOYO, A. Conceituação e definição de Solidão. Rev. De Psicologia, Fortaleza, 2(1) jan/jun. 1984 Disponível em:<http://hdl.handle.net/10400.26/6306>

VERAS, R. (1988). Considerações acerca de um jovem país que envelhece. Cadernos De Saúde Pública - CAD. SAÚDE PÚBLICA. 4. 10.1590/S0102-311X1988000400004.

OLIVEIRA, L.R. C. Cidadania, direitos e diversidade, Anuário Antropológico, v.40 n.1 | 2015, 43-53

SOUZA, A.P.; SOUZA, G.R.; VERNASQUE, J.R.S.; RODRIGUES, P.S.; MARIN M.J.S. Memórias de idosos que vivem em situação de rua. Vol. 13 | Investigação Qualitativa em Saúde: Avanços e Desafios / Investigación en Salud: Avances y Desafios

GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

LIMA, R.K. Polícia, justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 13:

23-38 NOV. 1999 RESUMO Rev. Sociol. Polít., 13, p. 23-38, nov. Curitiba, 1999 Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000200003>

OLIVEIRA, M.C. “A solidão nos idosos”: realidade ou opção de vida. Porto, 2014
Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/6306>